

Roberto Garcia Simões

É professor da Ufes e especialista em políticas públicas

E-mail: roberto.simoes@ufes.br

/// Há sintomas de que o “ajuste fiscal” comprometeu as políticas públicas sociais. O salário-base de um PM no ES está entre os últimos, ou é o décimo?

Do “modelo” ao caos

Ceifada a vida de centenas de pessoas, um dos retrocessos, dois pontos antecedentes podem ajudar a desvendar a precipitação da barbárie.

Em meio ao “modelo” presumido do governo Paulo Hartung, irrompe uma greve inconstitucional de PMs. Os reiterados elogios ao governador até então, a projeção externa, aguçavam o estilo imperial de governar.

Contudo, a incontida euforia, beirando o ufanismo, leva à “cegueira situacional”. Há a certeza absoluta, total, que se está no “caminho certo” - incontestável sob qualquer aspecto. Qualquer argumento ou sinal que destoe é, no mínimo, indesejável, visto com pouca atenção, ou até proscrito. O “modelo” subjuga o que não está de acordo e nega o que lhe incomoda. A projeção de um único pensamento é prioridade.

Esse pretense “modelo” exagerou um traço estrutural do governo PH: a quase desconsideração dos sensores democráticos que podem mostrar e acentuar desafios, dilemas e conflitos; pouco antes do caos, a Assembleia confirmava ser 99% governista. Não há oposições e um debate plural, aberto. Ou se concorda, ou se é pros-

crito. E isso é fatal.

Deixam de ser captados e considerados sinais de desacordo, cruciais para a avaliação do “modelo”. Além disso, essa avaliação requer informações que não estão transparentes no Estado que se diz assim. Só agora se sabe que a PMES cogitava uma paralisação – depois da “explosão”. Atraso irremediável junto à sociedade.

O segundo ponto, o “ajuste fiscal” draconiano em uma democracia fraca deriva em desajuste social, em falência nos serviços públicos essenciais. Ficaram expostos o desrespeito até aos cadáveres no IML, a declarações sobre a precarização do trabalho na PMES – e que não emergiam antes, até para serem negadas ou não. Um ponto isolado de melhoria em uma política não é um modelo de política. É tomar a nuvem por Juno.

Há sintomas que o “ajuste fiscal” comprometeu as políticas públicas sociais. O salário-base de um PM no ES está entre os últimos, ou é o décimo? O governo e os PMs não têm o mínimo denominador comum para dialogar. Isso não significa defender a falência das contas públicas, mas sim a distribuição equitativa da conta. O serviço essencial de segurança pública não deveria estar dissociado de condições essenciais de vida e trabalho – o que não acontece no Estado. Se é um desafio nacional, o ES incluído, então não há “modelo”.

O “modelo” tem flagrantes contradições e inconsistências. A seguir, o caos e a greve ilegal da PM.